

FORTALECIMENTO DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE COMUNIDADES DA PESCA ARTESANAL – RIO DE JANEIRO

Maria Eugênia Totti¹

Priscila Lucas de Oliveira Castro²

Géssica da Silva dos Santos³

Natália Barbosa Ribeiro⁴

Geraldo Márcio Timóteo⁵

Resumo: Os Projetos de Educação Ambiental - PEAs configuram um potencial de construção das bases para o exercício do controle social na elaboração e execução de políticas públicas. Este estudo focaliza o PEA Pescarte, uma medida de mitigação exigida pelo Licenciamento Ambiental Federal, conduzido pelo IBAMA na Bacia de Campos – RJ. São apresentados o processo de criação e evolução da Agenda Socioambiental, bem como os seus resultados conquistados que se traduzem na ocupação de espaços participativos pelos representantes das comunidades da pesca artesanal.

Palavras-chave: Participação Social; Educação Ambiental; Pesca Artesanal.

Abstract: Environmental Education Projects - PEAs represent a potential for building the foundations for exercising social control in the development and implementation of public policies. This study focuses on the PEA Pescarte, a mitigation measure required by the Federal Environmental Licensing, conducted by IBAMA in the Campos Basin – RJ. The process of creating and evolving the Socio-environmental Agenda is presented, as well as its achieved results, which are reflected in the participation of representatives from artisanal fishing communities in decision-making spaces.

Keywords: Social Participation; Environmental Education; Artisanal Fishing.

¹Universidade Estadual do Norte Fluminense. E-mail: totti@uenf.br.

Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6273094162832353>

²Universidade Estadual do Norte Fluminense. E-mail: priscilalucasc@gmail.com.

Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5191103224533746>

³Universidade Federal de São Paulo. E-mail: gessica.santos@unifesp.br.

Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2068683290123079>

⁴Universidade Estadual do Norte Fluminense. E-mail: nataliaribeiro84@gmail.com.

Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6273094162832353>

⁵Universidade Estadual do Norte Fluminense. E-mail: geraldotimoteo@uenf.br.

Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8720264659381887>

Revbea, São Paulo, V. 21, N° 2: 84-99, 2026.

Introdução

O regime democrático trouxe consigo a expectativa de uma sociedade mais justa, pautada na igualdade entre os sujeitos. Entretanto, o *modus operandi* do modelo econômico vigente evidencia as dificuldades em compatibilizar o capitalismo e a perspectiva de igualdade. Muitos estudos identificam um círculo vicioso em que as desigualdades socioeconômicas promovem a desigualdade política, especialmente, em relação à dificuldade dos menos favorecidos em participar na formulação da agenda política, nas decisões vinculantes e na distribuição de oportunidades (Cunha, 2009; Bodin, 2017; Ribeiro e Totti, 2024).

A participação pode ser definida como um processo em que as partes interessadas, sejam indivíduos, grupos e/ou organizações, são envolvidas na tomada de decisões que os afetam — seja de forma passiva, por meio de consultas, por exemplo, ou ativamente com o engajamento no processo decisório (Reed et al., 2018). Nesse caso, as partes interessadas são aquelas afetadas ou que podem afetar uma decisão em um sistema de gestão socioambiental, principalmente, por meio das instituições participativas, diferindo-se da participação pública mais ampla (Reed, 2008; Ditty e Totti, 2019; Ribeiro e Totti, 2024). Importante, também, destacar que os territórios tradicionalmente utilizados pela pesca artesanal, na região em estudo, têm sido ocupados por outras atividades econômicas, tais como o turismo, a pesca industrial, e pela exploração do petróleo e atividades portuárias (Arruda, 2025). Condições que acarretam crises e conflitos à sua base produtiva, reconfigurando seus lugares de trabalho e de vida, além de novas demandas coletivas. Diante desse contexto, foi criada a Agenda Socioambiental em 2021, do Projeto de Educação Ambiental Pescarte (PEA Pescarte), como resposta à constatação da necessidade de identificar os espaços de participação de interesse político para a pesca artesanal e possibilitar a atuação de seus representantes.

O PEA Pescarte, um dos projetos do Programa de Educação Ambiental da Bacia Petrolífera de Campos, iniciado em 2014, tem como proposta o desenvolvimento de processos de mobilização das comunidades de pesca artesanal em torno da discussão sobre o licenciamento ambiental, educação ambiental crítica e organização social a partir da esfera do trabalho, via elaboração e implementação de Projetos de Geração de Trabalho e Renda. O PEA Pescarte é constituído por 22 linhas de pesquisa, por 4 núcleos de trabalho (Direitos e Benefícios; Pedagógico; Criativo, e; de Autonomia e Incidência da Pesca Artesanal (antiga Agenda Socioambiental) e, também, por um grupo de educadores ambientais.

O PEA Pescarte abarca dez municípios costeiros do estado do Rio de Janeiro: São Francisco do Itabapoana; São João da Barra; Campos dos Goytacazes; Quissamã; Carapebus; Macaé; Rio das Ostras; Armação dos Búzios; Cabo Frio, e; Arraial do Cabo (Figura 1). A previsão de duração do Projeto foi estabelecida em seis ciclos de dois anos cada um, podendo ocorrer

aditivos. Os PEAs configuram um potencial de construção das bases para o exercício do controle social na elaboração e execução de políticas públicas, uma vez que propiciam a participação permanente dos cidadãos, de forma coletiva, na gestão do uso dos recursos ambientais e nas decisões que afetam a qualidade do meio ambiente (Quintas, 2019).



Figura 1: Mapa da área de abrangência do PEA - Pescarte na Bacia de Campos - RJ

Fonte: Carvalho & Totti (2021).

As discussões que levaram à criação da Agenda Socioambiental, atualmente nominada de NAIPA (Núcleo Autonomia e Incidência da Pesca Artesanal (antiga Agenda Socioambiental), deram-se no Encontro Regional em 2019, evento anual que convoca todos os envolvidos do PEA (Pescadores (as), educadores ambientais, técnicos administrativos e pesquisadores). Desde sua criação o NAIPA vem se articulando com a Linha de Pesquisa 16 – “Participação e efetividade participativa: a inserção da comunidade pesqueira da Bacia de Campos nos fóruns deliberativos”, com o intuito de fortalecer a participação social nos espaços de tomada de decisão relevantes para a pesca artesanal. Dentro deste propósito, esse artigo tem por objetivo apresentar o processo de criação e evolução da Agenda Socioambiental, bem como os seus resultados.

Agenda Socioambiental

A Agenda Socioambiental foi idealizada no IV Pescarte (Re)Une Regional, em 2019, na cidade de Macaé, encontro regional que contou com 238 participantes dos sete municípios abarcados pelo PEA Pescarte no segundo ciclo do Projeto (São Francisco do Itabapoana, São João da Barra, Campos dos Goytacazes, Quissamã, Macaé, Cabo Frio, Armação de Búzios). Estes encontros têm por objetivo promover diálogo entre os participantes do

PEA a fim de se estabelecer trocas de experiências e dar visibilidade aos desafios enfrentados pelos SAEs no dia a dia do trabalho na pesca artesanal, para além de alinhar as ações do PEA entre as equipes.

Na ocasião do IV Pescarte (Re)Une Regional as discussões trataram dos temas:

- Organização das comunidades de pescadores;
- Criação de um plano para cuidar do meio ambiente;
- Monitoramento das obras que afetam a pesca;
- Cuidado com os recursos hídricos (água);
- Participação em comitês que discutem a gestão de recursos;
- Serviços de inspeção de pesca;
- Participação no Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRUS);
- Participação em conselhos de pesca;
- O papel da pesca artesanal nas políticas públicas.

A constatação durante o IV Pescarte (RE)UNE regional de que as comunidades pesqueiras enfrentam grandes desafios, desde a organização social até a participação em políticas públicas, culminou na criação da Agenda Socioambiental. Esta Agenda foi concebida com o objetivo de consolidar um plano de ações voltado à autonomia política e à defesa dos direitos socioambientais das comunidades pesqueiras. Compreendeu-se que, para exercer o controle social, era necessário ir além da democracia representativa, promovendo a participação ativa. Um modo de acompanhar as decisões e garantir que as demandas das diversas categorias sejam incluídas nas agendas públicas. Processo definido como cidadania ativa – atuação efetiva no controle social (PESCARTE, 2019, p. 17), pois, a cidadania ativa, que vai além da mera representação política, exige que os cidadãos e cidadãs se apropriem dos espaços de decisão e articulação política, garantindo a inclusão de suas demandas nas agendas públicas.

Ainda durante esse encontro regional, houve um debate sobre a prática de venda de votos, que foi apontada como um obstáculo à participação ativa dos eleitores nas decisões políticas, comprometendo sua autonomia. Uma pescadora de São Francisco de Itabapoana relatou que alguns políticos "se aproveitavam ao saber que as comunidades pesqueiras são carentes, porque nem sempre conseguem pescar. E oferecem essas vantagens individuais. As pessoas acabavam aceitando essas ajudas" (PESCARTE, 2019, p. 17). Ela reforçou que, o que muitas vezes era visto como ajuda, na verdade era uma responsabilidade do poder público: cuidar da população.

Entre o segundo e o terceiro ciclo houve o interstício de um ano para a renovação do PEA. Quando suas ações foram retomadas em 2021, a Agenda Socioambiental foi criada com a perspectiva de consolidar a presença de pescadores e pescadoras artesanais nos espaços em que os seus direitos são tratados, não somente aqueles que envolvem a gestão ambiental, mas, também, a defesa de outros direitos. Paralelamente, no terceiro ciclo foi,

também, inserida no PEA Pescarte a Linha de Pesquisa “Participação e efetividade participativa: a inserção da comunidade pesqueira da Bacia de Campos nos fóruns deliberativos”. O objetivo de linha de pesquisa, neste ciclo, foi analisar a participação sociopolítica da comunidade pesqueira da Bacia de Campos em fóruns deliberativos voltados para a governança dos recursos naturais, como água e pescado. Concentrou-se em identificar a presença/ausência de representantes da pesca nestes espaços participativos, e posteriormente, na inserção, participação e nos resultados alcançados pelas comunidades pesqueiras, com especial destaque para os Comitês de Bacia Hidrográfica (CBHs). Inicia-se então uma cooperação articulada entre os campos de educação ambiental e pesquisa.

A Agenda Socioambiental se consolidou como uma ferramenta fundamental para amplificar as vozes dos pescadores e pescadoras em articulações locais, regionais e nacionais. Conduzidas por eles mesmos ou mediadas por representantes do PEA Pescarte (educadores ambientais e pesquisadores), essas articulações possibilitaram que muitas de suas demandas fossem visibilizadas e pautadas na agenda política. Com o propósito de alinhar a Agenda Socioambiental aos objetivos do PEA, em janeiro de 2024, foi solicitado pelo IBAMA que fosse feita a sistematização dos resultados da Agenda e a sua reestruturação em formato de núcleo. O objetivo foi o de atender ao arranjo institucional do PEA que já contava com os núcleos de direitos e benefícios, pedagógico e criativo. A partir de então, a Agenda passou a ser denominada de Núcleo de Autonomia e Incidência da Pesca Artesanal – NAIPA.

Núcleo de Autonomia e Incidência da Pesca Artesanal – NAIPA

O Núcleo de Autonomia e Incidência da Pesca Artesanal (NAIPA) do PEA Pescarte tem por objetivo promover a integração e consolidação das ações educativas empreendidas pelos Sujeitos da Ação Educativa (SAEs), técnicos(as), pesquisadores(as) e outros núcleos do PEA. Entre as metas estratégicas do NAIPA, destacam-se a inserção de pescadores(as) em comitês de bacia hidrográfica e a superação de barreiras burocráticas. Por exemplo, a atuação no CBH Lagos e São João rendeu avanços significativos no diálogo sobre saneamento ambiental, um tema crucial para a sustentabilidade da pesca artesanal.

Em sua ação, o NAIPA atua em consonância com as metas do PEA Pescarte, neste sentido, busca filtrar e concentrar objetivos comuns e específicos que ofereçam maior capacidade de gerar impactos positivos sobre a atividade pesqueira, tanto no que diz respeito à regulamentação (FAO, IBAMA, MAPA, MMA, ICMBio, INEA, FIPERJ, entre outras), quanto em relação às instituições que possam produzir resultados em sua organização social (Colônias, Federação de Pesca, MPP, Associações, Comitês de Bacia, ONGs, PEAs). Desta forma, suas estratégias e ações têm sido vitais na garantia de que os (as) pescadores(as) artesanais não só tenham voz, mas também

Revbea, São Paulo, V. 21, Nº 2: 84-99, 2026.

desempenhem um papel central na gestão sustentável e na participação do desenvolvimento de políticas públicas e privadas que alcancem positivamente a sua profissão e modo de vida.

Neste sentido, a autonomia da participação de pescadores artesanais em espaços políticos decisórios representa a capacidade dessas comunidades não apenas de influenciar, mas, também, de moldar ativamente as decisões que afetam diretamente sua atividade, pois, a organização interna das comunidades pesqueiras é, nesse sentido, uma condição fundamental. Sem essa organização, o acesso às esferas políticas e a inserção nas políticas públicas tornam-se limitados.

A autonomia abrange a gestão sustentável dos recursos naturais, permitindo que os pescadores tenham atuação na definição de regulamentações e políticas públicas. Além disso, envolve a organização interna das comunidades, possibilitando a tomada de decisões coletivas. Ao participarem ativamente dos espaços políticos, esses pescadores articulam suas demandas, contribuindo para a preservação da autonomia política e o fortalecimento de sua presença nos processos decisórios que moldam o presente e o futuro da pesca artesanal. Essa busca pela autonomia não apenas assegura a sustentabilidade da atividade pesqueira, mas também promove a justiça social e o reconhecimento dos direitos das comunidades da pesca artesanal, consolidando seu papel na construção de políticas públicas mais inclusivas e equitativas para suas comunidades.

O NAIPA impulsiona, mapeia e sistematiza a participação dos SAEs que compõem os grupos representativos do PEA. A abordagem deste Núcleo inclui desde a gestão sustentável dos recursos naturais até a organização interna das comunidades, culminando na participação ativa em espaços decisórios. Ao promover a formação e participação de pescadores (as) artesanais em espaços políticos, o NAIPA contribui para o fortalecimento da organização das comunidades da pesca artesanal a fim de incentivar o controle social e o reconhecimento dos direitos fundamentais.

Objetivos do Núcleo de Autonomia e Incidência da Pesca Artesanal (NAIPA)

- Fomentar a participação ativa dos pescadores(as) nas discussões e decisões que impactam a pesca artesanal;
- Priorizar a inclusão dos (as) pescadores(as) em fóruns, debates e espaços de decisão a respeito das atividades pesqueiras;
- Promover a educação continuada, fornecendo informações, workshops e treinamentos sobre temas pertinentes ao setor pesqueiro;

- Estabelecer parcerias com entidades públicas e privadas para integrar os pescadores(as) nas políticas de pesca;
- Monitorar os principais órgãos ligados à pesca em busca de iniciativas que sejam de interesse da classe pesqueira.

Metas e Ações Estratégicas

As metas e ações estratégicas abordam a participação em comitês de bacia hidrográfica, enfrentamento de desafios burocráticos, contribuição em fóruns locais, regionais, estadual e federal, superação de barreiras técnicas, fortalecimento da voz dos pescadores(as), melhoria da sustentabilidade pesqueira, desenvolvimento econômico e social e letramento digital e midiático.

- Participar de todos os Comitês de Bacia Hidrográfica nas áreas de interesse do PEA juntamente com a Linha de Pesquisa 16, “Participação e efetividade participativa: a inserção da comunidade pesqueira da Bacia de Campos nos fóruns deliberativos”; atuar em comitês, como o CBH Lagos e São João, para avançar no diálogo sobre saneamento ambiental e outras questões críticas para a comunidade pesqueira;

- Enfrentamento de Desafios Burocráticos: Superar obstáculos relacionados à participação formal dos pescadores(as) em comitês devido à falta de CNPJ, buscando alternativas para sua representação efetiva;

- Contribuição em Fóruns Locais, Estaduais, Regionais e Federal: Participar e influenciar decisões em espaços como no Comitê Técnico Científico do MAPA e no Painel Mar, focando no desenvolvimento sustentável dos recursos pesqueiros;

- Superação de Barreiras Técnicas: Trabalhar para romper com o uso abusivo de termos técnicos que limitam a participação efetiva dos pescadores(as), promovendo um entendimento das discussões de maneira mais clara e acessível;

- Fortalecimento da Voz dos Pescadores(as): Garantir que suas perspectivas sejam ouvidas e consideradas em todas as esferas decisórias, auxiliando no uso de mídias sociais;

- Melhoria da Sustentabilidade Pesqueira: Contribuir para práticas de pesca mais sustentáveis por meio da educação e do envolvimento ativo em políticas de gestão de recursos pesqueiros, em nível local, regional, estadual e federal;

- Desenvolvimento Econômico e Social: Conectar os resultados das ações de organização social no desenvolvimento econômico, procurando a garantia de apoio às iniciativas organizativas e produtivas oriundas das comunidades de

pesca, influenciando positivamente a economia local e a qualidade de vida dos pescadores(as) e suas comunidades;

- **Letramento Digital e Midiático:** Estabelecer canais de comunicação e participação dos pescadores(as) em fóruns de interesse da classe pesqueira por meio do treinamento de uso de redes sociais e dos meios de comunicação, que possam auxiliá-los na produção de podcast, vídeos e entrevistas, bem como realizar a sistematização de conquistas relacionadas por meio de produtos audiovisuais e das redes sociais como devolutivas para as comunidades pesqueiras.

Contribuição aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU)

O Programa de Educação Ambiental (PEA) Pescarte tem desempenhado um papel fundamental na implementação de ações que contribuem diretamente para o alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. A atuação do PEA, por meio de suas diversas iniciativas e projetos, visa promover o empoderamento e a inclusão dos pescadores(as) artesanais em decisões econômicas e políticas, fortalecendo suas comunidades e contribuindo para o desenvolvimento sustentável.

ODS 1 – Erradicação da Pobreza:

A erradicação da pobreza é um dos pilares do PEA Pescarte, que busca incluir os pescadores(as) artesanais nos processos decisórios que afetam suas comunidades. Por meio do empoderamento e da inclusão econômica, o PEA promove a participação ativa desses trabalhadores nas políticas públicas que visam a melhoria das suas condições de vida. Ao assegurar que as comunidades pesqueiras tenham voz nas decisões econômicas, o PEA contribui diretamente para a redução da pobreza, proporcionando maior segurança alimentar e estabilidade socioeconômica.

ODS 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável:

O PEA Pescarte também contribui para a meta de fome zero ao promover a produção sustentável nas comunidades pesqueiras. A inclusão dos pescadores(as) artesanais em decisões econômicas voltadas para a sustentabilidade ajuda a garantir o acesso à alimentação de qualidade e ao desenvolvimento de práticas pesqueiras que respeitem os recursos naturais, assegurando a continuidade da atividade pesqueira como um meio de subsistência. Além disso, o projeto valoriza a pesca artesanal como uma importante fonte de alimentação e segurança alimentar.

ODS 5 – Igualdade de Gênero:

O PEA Pescarte pode também ser reconhecido pela sua contribuição à igualdade de gênero, promovendo a participação ativa das mulheres pescadoras em espaços de decisão e valorizando seu papel na pesca artesanal. A inclusão de mulheres em atividades econômicas e em processos decisórios ajuda a reduzir desigualdades e a criar uma dinâmica mais justa e equitativa dentro das comunidades pesqueiras.

ODS 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico:

A implantação de unidades produtivas por meio da organização dos pescadores(as) tem o potencial de transformar a economia local. Essas unidades, que são resultado direto da organização social incentivada pelo PEA, criam oportunidades de emprego decente e sustentável, gerando renda para as comunidades. O PEA promove o desenvolvimento econômico por meio de um modelo de produção adequado e alinhado com as práticas sustentáveis, que impulsiona o crescimento econômico local e, ao mesmo tempo, melhora a qualidade de vida dos pescadores.

ODS 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima:

Outra meta que o PEA Pescarte pode abarcar é o combate às mudanças climáticas. Através da educação ambiental e da promoção de práticas pesqueiras sustentáveis, o PEA pode contribuir para a mitigação dos efeitos das mudanças climáticas. Isso inclui a conscientização sobre os impactos das mudanças climáticas nos ecossistemas marinhos e a busca por soluções que reduzam a vulnerabilidade das comunidades pesqueiras frente a esses desafios globais.

ODS 14 – Vida na Água:

A conservação dos recursos hídricos é outro eixo central das ações do PEA Pescarte. Suas iniciativas de preservação e uso sustentável dos oceanos, mares e recursos marinhos visam garantir que as comunidades pesqueiras possam continuar a praticar a pesca de forma sustentável. Por meio da educação ambiental e da participação em fóruns de governança dos recursos naturais, o PEA incentiva a gestão responsável dos corpos d'água, reforçando a necessidade de práticas que não comprometam a biodiversidade aquática e que assegurem a disponibilidade de recursos para as gerações futuras.

ODS 17 – Parcerias:

O PEA Pescarte entende que parcerias são fundamentais para o sucesso das suas ações. Ao incentivar alianças estratégicas com organizações

públicas, privadas e da sociedade civil, o PEA cria uma rede de apoio que amplia as oportunidades de desenvolvimento das comunidades pesqueiras. Essa articulação garante que os pescadores(as) não apenas tenham representação nos espaços de decisão, mas que também possam aprender com outras experiências exitosas de políticas públicas, promovendo o intercâmbio de conhecimento e o fortalecimento de suas próprias iniciativas.

O PEA Pescarte demonstra como a articulação entre preservação ambiental e empoderamento econômico das comunidades pode gerar impactos significativos para o cumprimento das metas globais da ONU. As ações do NAIPA têm contribuído diretamente para a erradicação da pobreza (ODS 1) ao capacitar pescadores(as) a influenciar decisões econômicas que impactam positivamente suas comunidades. A inclusão dos pescadores em políticas de pesca sustentável (ODS 14) também garante que suas práticas respeitem os ecossistemas marinhos, assegurando a sustentabilidade da pesca no longo prazo.

Estratégias Midiáticas e Logísticas para o Fortalecimento do NAIPA

Para ampliar o impacto e a eficácia do NAIPA, é essencial integrar estratégias midiáticas e logísticas eficientes, por meio de um delineamento de ferramentas de mídia na otimização da participação e da representatividade dos pescadores(as) artesanais nos fóruns de discussão que são realizadas tanto em nível local (conselhos municipais, câmara municipais, instituições de ensino, entre outras), quanto estadual (CBHs, FIPERJ, INEA, SMA, ALERJ), como federal (CBHs, MMA, IBAMA, ICMBIO, MAPA) e suas respectivas câmaras técnicas e escritórios locais, estadual e federal (se houver), além da discussão sobre a organização local dos próprios pescadores(as) e suas relações com seus sindicatos, representados pelas colônias.

Tem-se, também, como propósito a sistematização dessas participações como fatores determinantes do sucesso e insucesso de cada etapa vivenciada pelos participantes para que possam ser utilizadas em favor das comunidades envolvidas e sirva de exemplos para multiplicadores; além de tornar possível sua replicação nos municípios abarcados pelo PEA por meio de materiais didáticos para oficinas e outras atividades promovidas pelo Projeto. Ainda, esse conjunto de informações é utilizado para a produção de informativos e demais produtos de divulgação relacionados à Autonomia e Incidência política dos SAEs, equipes e demais núcleos do PEA, além da alimentação das redes sociais do projeto, dando maior transparência aos resultados do PEA.

Participações em espaços de incidência política

O contato e a participação ativa em instituições públicas e privadas tem sido uma estratégia central para o avanço e o fortalecimento das comunidades de pesca artesanal. Por meio de uma série de articulações e envolvimento dos membros da equipe e dos SAE's, além dos pesquisadores(as), o PEA

Pescarte tem alcançado marcos importantes no diálogo e na cooperação com diversas entidades governamentais e privadas. Assim, destacamos os números destas participações como representação das ações que têm sido desenvolvidas.

Apresenta-se, a seguir, os resultados sistematizados do terceiro ciclo do Projeto (2021 a 2024). Entretanto, é importante lembrar que as ações de fortalecimento da organização social vêm sendo desenvolvidas desde o primeiro ciclo (2016). Deste modo, os resultados apresentados são frutos do processo de educação ambiental vivenciado por todos os integrantes do PEA ao longo desses anos.

Nos quadros 1, 2 e 3 são apresentados os números de participações em diversas instituições referentes aos anos de 2021, 2022 e 2023. Nesse recorte, considera-se número de participações o ato de participar de reuniões representando interesses e demandas das comunidades de pesca artesanal, na condição de convidado, membro da instituição ou como stakeholder. Busca-se demonstrar o processo de adensamento destas interações junto às entidades de interesse da classe pesqueira. As informações visam ilustrar os avanços obtidos para o desenvolvimento sustentável e valorização da pesca artesanal, tendo em vista que o aumento da participação tem aberto novas oportunidades para a manifestação dos interesses dos membros da pesca artesanal.

Tendo em vista que os stakeholders com maior dependência das águas, têm menor poder político e menos interação inter e intra grupos (Ditty e Totti, 2024), a sistematização do número de participações dos representantes do PEA Pescarte nas distintas esferas públicas reflete o resultado positivo do trabalho de fortalecimento da organização social promovido pelo PEA. Resultado observado, também, na progressiva expansão nas esferas de atuação dos representantes do PEA Pescarte (educadores ambientais, dos SAEs e pesquisadores) nas diferentes instituições municipais, estadual, federal e internacionais.

Cabe destacar que, apesar dos avanços na inserção e participação conquistados pelo PEA Pescarte, foi constatado por Ribeiro e Totti (2024), nas pesquisas conduzidas pela Linha de Pesquisa 16, que, particularmente, na gestão dos recursos hídricos, apesar da existência de um ambiente político-institucional que tem potencial para gerar oportunidades de integração e aprimoramento dos dois sistemas (água e pesca), as oportunidades de inserção/participação geradas pelo arcabouço legal não se refletem de forma homogênea nos colegiados analisados (Comitês de Bacias Hidrográficas); o que gera igualmente diferentes resultados em termos de inserção e participação dos SAEs e atendimento às demandas, entre as regiões hidrográficas estudadas.

Notas finais

O Núcleo de Autonomia e Incidência da Pesca Artesanal (NAIPA) tem se mostrado uma ferramenta essencial para fortalecer a representatividade dos pescadores artesanais em espaços políticos e de gestão ambiental. A colaboração estreita com os Núcleos Pedagógico e de Direitos e Benefícios, bem como com a Linha de Pesquisa 16, permitiu consolidar uma atuação articulada e eficaz. Entre os principais resultados alcançados estão a cessão de terrenos para os Projetos de Geração de Trabalho e Renda (PGTRS) e a significativa conquista da mudança do período de defeso em Cabo Frio, ambos marcos que demonstram o impacto positivo da participação social organizada.

Além disso, a integração entre teoria e prática tem possibilitado o desenvolvimento de estratégias baseadas em evidências científicas, o que fortalece ainda mais a capacidade de incidência política dos pescadores artesanais. Ao proporcionar um constante feedback entre as descobertas acadêmicas e os desafios reais enfrentados nos espaços participativos, o NAIPA tem contribuído para garantir que as demandas das comunidades pesqueiras sejam inseridas nas agendas públicas de forma cada vez mais efetiva.

No entanto, apesar dessas conquistas, o NAIPA ainda enfrenta importantes desafios. A necessidade de fortalecer ainda mais a organização interna dos saes, ampliar suas redes de articulação política e superar barreiras burocráticas são pontos críticos que precisam ser constantemente trabalhados. Além disso, a inclusão de mulheres pescadoras e a ampliação da representatividade de grupos tradicionalmente marginalizados nos processos decisórios são metas futuras que podem consolidar ainda mais o impacto do NAIPA.

No horizonte, o NAIPA deve continuar a promover a formação política e a educação ambiental, além de ampliar suas parcerias estratégicas com órgãos públicos e privados. A construção de novas unidades produtivas e a inserção mais robusta em comitês de bacia hidrográfica e fóruns de governança são passos necessários para garantir que a pesca artesanal seja tratada como uma atividade sustentável, justa e viável a longo prazo. Assim, o NAIPA permanece como um motor essencial para a autonomia política e a sustentabilidade socioambiental das comunidades pesqueiras.

Quadro 1: Espaços de Incidência Política e participações de representantes do PEA Pescarte por esfera pública e por município de atuação (2021)

Esfera	Espaço Incidência Política	Arraial do Cabo	Armação dos Búzios	Carapebus	Macaé	Cabo Frio	Campos dos Goytacazes	Quissamã	Rio das Ostras	São João da Barra	São Francisco de Itabapoana	Total
Municipal	Conselho Municipal de Meio Ambiente				06	03				01		10
Municipal	Articulação Colônia de Pescadores/Associações	02			07							09
Municipal	Articulação com Poder Público Municipal	01		01	02	03	01	01	03	09	03	24
Municipal	Articulação entre PEA	02	05		08	12	02	02	02			33
Municipal	Articulação do PEA Pescarte, ICMBIO e Identidades da RESEX-Mar	02										02
Municipal	Audiências Públicas		01	01	02		01	01		03	02	11
Municipal	Plano de Compensação da Atividade Pesqueira (PCAP)		02				01					03
Regional	CBH's				01							01
Estadual	CEDRUS	02			02	01						05
Estadual	FIPERJ	02										02
Federal	CONFREM	01	01	01	01	01	01	01	01	01	01	10

Fonte: Autoria própria.

Quadro 2: Espaços de Incidência Política e participações de representantes do PEA Pescarte por esfera pública e por município de atuação (2022)

Esfera	Espaço Incidência Política	Arraial do Cabo	Armação dos Búzios	Carapebus	Macaé	Cabo Frio	Campos dos Goytacazes	Quissamã	Rio das Ostras	São João da Barra	São Francisco de Itabapoana	Total
Municipal	Conselho Municipal de Meio Ambiente					03		02	01	05		11
Municipal	Articulação Colônia de Pescadores/Associações	01		02	02	01			09			16
Municipal	Articulação com Poder Público Municipal	01	01	02	02	01	01	06	06	05	04	24
Municipal	Articulação entre PEA	01	01			03		01	01			07
Municipal	Audiências Públicas			01	02	03	01	02		01	02	11
Municipal	Plano de c Compensação da Atividade Pesqueira	01	01			03			06	02		13
Regional	CBH	02	02			02						06
Estadual	CEDRUS	02	02		02	02				02		10
Federal	CONFREM	01	01	01	01	01	01	01	01	01	01	10

Fonte: Autoria própria.

Quadro 3: Espaços de Incidência Política e participações de representantes do PEA Pescarte por esfera pública e por município de atuação (2023)

Esfera	Espaço Incidência Política	Arraial do Cabo	Armação dos Búzios	Carapebus	Macaé	Cabo Frio	Campos dos Goytacazes	Quissamã	Rio das Ostras	São João da Barra	São Francisco de Itabapoana	Total
Municipal	Conselho Municipal de Meio Ambiente	07	03	01		02		01	01	05	01	21
Municipal	Articulação Colônia de Pescadores/Associações	06		02	02	01						11
Municipal	Articulação com Poder Público Municipal	02	01	02	02	01	02	05	01	06	02	24
Municipal	Articulação entre PEA					04	04	02				06
Municipal	Audiências Públicas	08	01	01	02	01	01	01		02	03	20
Municipal	Plano de Compensação da Atividade Pesqueira (PCAP)	02	04			04				06	02	18
Municipal	ICMBio e instituições ligadas a Maricultura	03	02									05
Regional	CBH					01		01	01			03
Municipal	INEA (PELAG)						06				02	08
Estadual	CEDRUS	02	02		02	02				02		10
Estadual	Comitê Técnico Científico MAPA		01			01			01			03
Estadual	CONSEA/RJ	01	01	01	01	01	01	01	01	01	01	10
Estadual	OCB	01	01	01	01	01	01	01	01	01	01	10
Federal	CONFREM	01	01		01	01	01		01	01	01	10
Federal	Secretaria Nacional de Pesca do MPA	01	01	01	01	01	01	01	01	01	01	10
Federal	Secretaria Relações Institucionais do Governo	01	01	01	01	01	01	01	01	01	01	10
Federal	Secretaria Nacional de Registro, Monitoramento e Pesquisa do MPA	01	01	01	01	01	01	01	01	01	01	10
Federal	Ministério da Pesca e Aquicultura MPA	01	01	01	01	01	01	01	01	01	01	10
Federal	Ministério da Trabalho e Economia Solidária	01	01	01	01	01	01	01	01	01	01	10
Federal	Ministério das Mulheres	01	01	01	01	01	01	01	01	01	01	10
Federal	Ministério dos Povos Originários	01	01	01	01	01	01	01	01	01	01	10
Federal	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	01	01	01	01	01	01	01	01	01	01	10
Internacional	FAO/ONU	01	01	01	01	01	01	01	01	01	01	10

Fonte: Autoria própria.

Agradecimentos

Agradecemos a sistematização dos dados de incidência política do PEA Pescarte aos bolsistas de iniciação científica Miguel Arcanjo Gama Degli Esposti e Vinícius Pedrosa Carvalho, a educadora ambiental Naetê Reis e a todos os educadores ambientais do PEA Pescarte (2021 – 2024).

Referências bibliográficas

ARRUDA, Ana P. S. N. de. Moradia e pesca artesanal na Bacia de Campos: dados do novo censo Pescarte. **Revbea**, São Paulo, V. 20, No3:390-404, 2025

BODIN, Orjan. Collaborative environmental governance: Achieving collective action in social-ecological systems. **Science**, 357, 659. 2017.

CARVALHO, Vinícius; TOTTI, Maria Eugênia. Mapa da área de abrangência do PEA - Pescarte na Bacia de Campos. In: **Relatório Pesquisa Trimestral PEA Pescarte**, agosto, 2021.

CUNHA, Eleonora S. M. **Efetividade Deliberativa: Estudo comparado de Conselhos Municipais de Assistência Social (1997 / 2006)**. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Minas Gerais/MG. 2009.

DITTY, John M.; TOTTI, Maria E. Water Use and User Attitudes. **Nature + Culture**, v. 14, p. 168-189, 2019. PESCARTE. 2019.

DITTY, John M.; TOTTI, Maria E. Water governance: the complexity of interactive dynamics among stakeholder groups. **Ambiente & Sociedade**, v. 27, p. 1-20, 2024.

QUINTAS, José S. O Pescarte e as Concepções Estruturantes da Educação Ambiental Na Gestão Ambiental Pública. In: TIMÓTEO, Geraldo Márcio. **Educação ambiental com participação popular: avançando na gestão democrática do ambiente** / Geraldo Márcio Timóteo. – 2. ed. rev. e ampliada - Campos dos Goytacazes, RJ: EdUENF, 2019.

REIS, Naetê B.L.; WALTER, Tatiana; TIMÓTEO, Geraldo. Gestão pesqueira e Colonialismo: desterritorialização e r-existências na comunidade pesqueira artesanal da Praia do Siqueira/RJ-Brasil. **Ambiente & Sociedade** • São Paulo. Vol. 27, 2024.

RIBEIRO, Natália. B. e TOTTI, Maria. E. Comunidades tradicionais e gestão de recursos hídricos: há espaço para a pesca artesanal? **O Social em Questão** - Ano XXVII - nº 59 - Mai a Ago. 2024.

REED, Mark S. Stakeholder participation for environmental management: a literature review. **Biological conservation**, v. 141, n. 10, p. 2417-2431, 2008.

REED, Mark S. et al. A theory of participation: what makes stakeholder and public engagement in environmental management work? **Restoration ecology**, v. 26, p. S7-S17, 2018.